

# SAIBA+: BASES CONCEITUAIS DE UM JORNAL-LABORATÓRIO

Carlos Alberto ZANOTTI <sup>□</sup>

## RESUMO

Este texto apresenta uma metodologia de trabalho para disciplinas que, nos cursos de Jornalismo, produzem periódicos impressos. Trata-se, a rigor, de expor as bases que sustentam decisões de alunos e professores no jornal-laboratório “Saiba+”, da Faculdade de Jornalismo da PUC-Campinas, publicação quinzenal lançada em 2006. Para tanto, recorreremos a autores que trabalham teorias, conceitos e fundamentos do jornalismo, bem como estrutura de texto noticioso. Menos uma receita, o que se pretende é expor uma linha de trabalho que procura aproximar formação teórica e atividade prática.

**Palavras-chave:** jornal-laboratório; ensino de jornalismo; fundamentos do jornalismo.

## ABSTRACT

*This paper presents a methodology of work for disciplines*

---

<sup>□</sup>Professor das disciplinas Introdução ao Jornalismo Impresso e Jornalismo Aplicado da Faculdade de Jornalismo (PUC-Campinas), responsável pela produção do jornal-laboratório “Saiba+”. Líder do Grupo de Pesquisa Sociedade Midiatizada: Processos, Tecnologia e Linguagem. Jornalista, Doutor em Ciência da Comunicação (ECA-USP). e-mail: zanotti@sti.com.br

*that produce journal lab in journalism courses. That is, it shows the basis for the decisions, of professors and students, in the journal lab “Saiba+”, a biweekly publication created in 2006. For that, we looked for authors that explain theories, concepts and fundamentals of journalism, as well the structure of news. It can not be seen as a rigid formula, but we intend to expose a way of work that tries to approximate theoretical formation to professional practices.*

**Key words:** *journal lab; journalism teaching; fundamentals of journalism.*

## 1. JORNAL E JORNALISTAS

Não sem razão, os jornais produzidos enquanto atividade laboratorial constituem, por excelência, espaços que reúnem condições para convergir toda sorte de atividades e debates que articulem teoria e prática no ensino de jornalismo. Isso, necessariamente, não significa que o sejam, já que uma considerável parcela de docentes da atividade queixa-se, nos fóruns de professores da disciplina, de uma certa dose de indiferença que percebem existir entre docentes e discentes em relação ao trabalho. O problema não vem de agora, haja vista a queixa-depoimento de Lins da Silva na pesquisa de campo que subsidiou a obra do professor Dirceu Fernandes Lopes (1989, p. 59), ainda hoje uma referência para a atividade laboratorial na área.

Nas duas décadas que separam o trabalho citado dos dias atuais, um novo meio de comunicação — a internet — se consolidou enquanto suporte para as iniciativas laboratoriais, o que não mudou muito o panorama encontrado por Lopes. Na rede de computadores, os cursos de jornalismo, seus alunos e professores passaram a poder disponibilizar textos, sons, fotos, gráficos ou vídeos a custo muito baixo. Com isso, ficou prático e barato produzir rádio e telejornais, disponibilizar arquivos PDFs das versões impressas ou explorar o que se convencionou chamar de webjornalismo.

Essas novas possibilidades, no entanto, não mudaram algumas preocupações anteriores, como: Que linha editorial adotar? Como fixar

públicos? Quais pautas produzir para a publicação? Qual o papel do professor na disciplina? E quais critérios devem ser usados para avaliar o jornal em sala de aula? Longe de pretender esgotar o assunto ou oferecer uma receita acabada para a atividade, esse texto pretende lançar questões que subsidiem os debates em salas de aula.

O aspecto central da obra de Lopes, em torno do qual o autor apresenta sua proposta de trabalho, relaciona-se à definição de um público específico ao qual os jornais-laboratório devam se dirigir. O autor conclui pela necessidade de que essas publicações optem por circular em uma determinada comunidade, junto à qual possam recolher sugestões que ajudem a configurar desde a linha editorial às suas pautas propriamente ditas. A estratégia permitiria, segundo a linha de raciocínio adotada, melhor responder demandas e melhor avaliar a repercussão atingida junto aos leitores (através de cartas, telefonemas etc.), fechando o ciclo da comunicação. Nas palavras de Marques de Melo (LOPES, 1989, p. 61), que surgem no texto para endossar a proposta de Lopes, temos que:

*O processo jornalístico origina-se nas expectativas de um público determinado e completa-se quando as notícias e seus comentários chegam àquele contingente humano e provocam reações. Alimentar esse fluxo interativo junto ao público receptor e alimentar-se dele é uma contingência de qualquer processo jornalístico que se pretenda dinâmico.*

Há que se ponderar, no entanto, que jornal-laboratório não é necessariamente jornal, ao menos não na formatação com que esse bem cultural chega às mãos dos leitores. Um jornal voltado ao mercado caracteriza-se por possuir uma complexa receita de conteúdos, que incorpora informações do dia-a-dia da comunidade, acontecimentos nacionais e internacionais, sugestões de o que fazer no final de semana, programação da TV, palavras cruzadas, colunistas fixos, necrológicos, horóscopo e até, se for o caso, o rodízio de veículos do município ou a relação de bairros nos quais faltará água durante determinado período do dia. É uma tarefa impossível aos órgãos laboratoriais, visto não se tratarem de empresas, já que sua principal finalidade é oferecer ensino a graduandos, e não informações noticiosas ou análises ao público leitor.

Ao advogar a autonomia do jornalismo na área de Comunicação

Social, Lage (2001, p. 180-181) vai ao centro do problema quando propõe que, na definição de seus currículos, as escolas de jornalismo devam considerar dois aspectos: observar a realidade dos jornalistas enquanto categoria profissional, sujeita que é a uma legislação trabalhista que se aplica a todo assalariado; e observar a atividade jornalística enquanto empreendimento de natureza comercial, regida que é por uma lógica mercantil. Para o autor,

*Isso implica, naturalmente, o distanciamento dos estudos de comunicação, tais como vêm sendo habitualmente praticados, porque neles não há lugar para o jornalismo como concebemos.[...] O conceito de comunicação, em sua origem histórica, é avesso ao jornalismo. Ele é considerado exclusivamente por sua vertente originária, publicística, rejeitando-se toda possibilidade de um jornalismo que seja serviço público e de uma informação que seja conhecimento.*

Sem pretender entrar no debate sobre a autonomia científica dos estudos em jornalismo, interessa reter de Lage (2001) a compreensão de que a atividade jornalística não visa necessariamente atender a um desejo de público, expresso que possa estar em sondagens, para incrementar vendas; ou em reuniões com conselhos comunitários que visem estreitar a ligação entre publicação e leitor. Chaparro, por outro lado, recorre a uma síntese do jornalismo enquanto processo social elaborada pelo próprio Melo (1985, p. 9-10) para acrescentar que “o jornalismo destina-se ao relato verdadeiro e à explicação dos fatos de relevância social” (CHAPARRO, 1994, p.108), uma variável que introduz dois complicadores: verdade e relevância social.

Em relação ao primeiro termo, Chaparro não realiza percursos filosóficos visando buscar o conceito de verdade. Ao que se perceberá mais à frente, o autor refere-se a um compromisso público que o jornalismo assume por atribuir um “atestado de veracidade” aos relatos que faz. O termo tem a ver, como é de conhecimento entre jornalistas e estudiosos da área, com o que se convencionou chamar de objetividade dos relatos jornalísticos. Aliás, o próprio termo objetividade é igualmente relativizado até mesmo nos manuais de redação, como admite a Folha de S.Paulo (NOVO MANUAL, 1992, p. 19) ao considerar:

*Não existe objetividade em jornalismo. Ao escolher um assunto, redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma decisões em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções.*

A propósito do tema, vale também observar Melo (1984) e Abramo (1991), que falam da impossibilidade de uma objetividade plena sob uma superestrutura ideológica na qual organizamos nosso pensamento. Neste sentido, a abordagem mais apropriada parece o ponto de vista “construcionista”[1] que Sousa (2002, p. 16-17) assume a respeito da produção do texto noticioso, com o qual concordamos, e que nos ajudará a trilhar o caminho aqui pretendido.

No segundo termo da variável introduzida por Chaparro é que reside, provavelmente, a distância entre o que pensam Melo e Lage para o exercício da profissão e, conseqüentemente, para a formação profissional nos cursos de jornalismo. Chaparro afirma que cabe ao jornalista a explicitação do que chamou de fatos “de relevância social”, tarefa que o jornalismo desempenha recorrendo a fontes de informação que se encontram nas mais variadas áreas que compõem a sociedade institucionalizada: do pesquisador científico ao chefe de Estado, passando por servidores públicos, agentes comunitários, movimentos sociais, comunidades de bairro e demais sujeitos que, de um modo geral, integram o tecido social no qual a imprensa alimenta seus relatos.

Definir o que seja relevante para a sociedade é, portanto, um problema central neste debate. Para Melo, o jornalista deve inserir-se de forma engajada na sociedade, modificando-a com os relatos que faz. Segundo o pesquisador:

*O jornalismo só adquire significado enquanto atividade de informação coletiva na medida em que se estrutura a partir de necessidades existentes numa comunidade, numa sociedade, e busca atender a essas aspirações ou tenta influir na sua configuração (LOPES, 1989, p.60).*

O depoimento de Melo na obra de Lopes aproxima o primeiro de uma vertente que se convencionou chamar de jornalismo comunitário nas escolas de comunicação. Em trabalho recente, Sequeira e Bicudo (2007) procuram buscar conceitos para essa atividade, trilhando um percurso

teórico de viés marxista que insere o jornalismo comunitário nas práticas alternativas de ação contra-hegemônica, para concluir que:

*Em relação ao processo de produção, o jornalismo comunitário de certa forma quebra a lógica que garante aos pequenos e poderosos grupos o privilégio da emissão, e às grandes massas a tarefa de recepção. De forma direta e participativa, ou por meio de conselhos e de representantes, a comunidade tem o dever e a prerrogativa de atuar durante todo o fluxo produtivo, da discussão das pautas à distribuição ou veiculação das notícias, responsabilizando-se inclusive por estimular o debate sobre aquilo que já foi feito, para que se possa apontar erros e virtudes e melhorar em oportunidades seguintes. O público deixa de ser visto como mero depositário de informações escolhidas e traduzidas por um grupo de iluminados e esclarecidos, e passa, democraticamente, a ser encarado como cidadão protagonista, ativo, presente e atuante. A hierarquia de certa forma se rompe, e o diálogo se manifesta no sentido horizontal (COM) e não na direção diagonal, de cima de para baixo (PARA). (SEQUEIRA e BICUDO, 2007, p.10)*

Para Lage (2001), no entanto, o exercício profissional do jornalismo, tal como o fenômeno se apresenta em nossa sociedade, não é atividade desenvolvida no clássico paradigma da luta de classes. Nem o jornalista é iluminado, nem o leitor seria um “objeto inerte de dominação” (LAGE, 2001, p.175). Como propõe Lage, jornalismo é fenômeno inerente às demandas naturais de uma sociedade industrializada, que delega ao profissional de imprensa a tarefa de tornar público o que possa ser de interesse dessa própria sociedade. Nela, o repórter tem um papel muito específico: “além de traduzir, deve confrontar as diferentes perspectivas e selecionar fatos e versões que permitam ao leitor orientar-se diante da realidade” (IDEM, p. 23); e fazê-lo exige competência, inteligência e bagagem cultural que lhe permitam transitar nas variadas áreas de conhecimento em que atua enquanto mediador social.

Chaparro (1994) via percurso da pragmática, chega a proposições mais ou menos parecidas. Depois de apresentar um debate sobre os atributos de definição (o interesse) e os atributos de relevância (valoração) de uma notícia, o autor exemplifica onde pretende chegar: “denunciar à sociedade o comportamento corrupto e imoral de um presidente da

República é dever do jornalismo e do jornalista; derrubá-lo é prerrogativa do povo organizado” (CHAPARRO, 1994, p.121). É do mesmo autor a hipótese de que o jornalismo é, por excelência, um palco de conflitos, no qual os agentes sociais digladiam-se, via discursos, visando colocar suas versões e razões, atividade para a qual as fontes de informação viriam capacitando-se cada vez mais (CHAPARRO, 2007).

Tem-se, então, que a prática profissional que melhor caracteriza o fazer jornalístico ainda é aquela que se origina nos complexos organizacionais de comunicação, nos quais, para o bem ou para o mal, assenta-se a hipótese do agendamento. Essa hipótese considera que os meios, além de fixarem os temas sobre os quais a sociedade deve se debruçar, ainda delibera o “como pensar” acerca de tais temas (McCOMBS, 2007). Consideramos que essas duas componentes integram, metáfora do cenário de conflitos, a complexa realidade na qual jornalismo e jornalista atuam como atores privilegiados.

Bem por isso, a atividade laboratorial nos cursos de jornalismo não pode desprezar as práticas que tradicionalmente vieram moldando a profissão, o que implica em não desconsiderar nem o agendamento, nem as técnicas de produção e edição já consagradas. Compreender essa realidade não significa, por decorrência, aderir de forma acrítica ou passiva a um modelo de sociedade excludente, injusto ou mediocrizante. Ao contrário, pode significar a diferença entre estabelecer ou não uma comunicação produtiva com o leitor e/ou a sociedade de um modo geral. Afinal, como bem já anotou Martín-Barbero (1987), qualquer transformação radical da sociedade não se dá onde nasce a comunicação, mas no extremo oposto, onde ela chega.

## 2. LÓGICA E ESTRUTURA DA NOTÍCIA

Ultrapassada a etapa acima, na qual elegemos o jornalismo enquanto resposta a um dado estágio do desenvolvimento social, algumas questões vão se impor. Entre elas, destacamos: Em sendo o jornalismo uma atividade na qual seus profissionais garimpam fatos de interesse da sociedade, existiriam elementos — além da intuição pura e simples — a fornecer

indícios sobre quais possam ser esses fatos? A notícia ou a reportagem seria um fenômeno cujo grau de importância pode ser medido por mecanismos de aferição? O fazer jornalístico torna necessário consultar a comunidade para descobrir quais os temas de seu interesse?

Para responder a estas questões, que são cruciais ao bom andamento das atividades laboratoriais, vamos recorrer primeiramente a um texto em que o professor Leonel Azevedo de Aguiar apresenta uma proposta pedagógica aos cursos de jornalismo. No trabalho, o docente procura elaborar uma aproximação entre a metodologia foucaultiana e a teoria do *newsmaking*, a partir da qual pondera ser o discurso jornalístico uma representação discursiva da realidade, fruto de uma série de fatores que se explicam objetiva e subjetivamente. A partir de Foucault, o docente aponta que:

*(...)o discurso jornalístico —além de produzir e ser produzido por relações de poder-saber e pela vontade de verdade— é formado por um conjunto de enunciados que se apóia em um mesmo sistema de formação discursiva (AGUIAR, 2007, p.16).*

A esse sistema, Aguiar vincula os critérios de noticiabilidade que, por sua vez, explicitam-se nos chamados valores-notícia que orientam as tomadas de decisões por parte do jornalista.

A nosso ver, o termo noticiabilidade, portanto, pode oferecer uma resposta positiva à pergunta colocada logo no início deste tópico. Uma determina ocorrência ou pauta pode ter muito mais condições de se transformar em notícia de interesse público do que outra, sendo a percepção deste fenômeno uma típica atividade no exercício do jornalismo profissional. Da mesma forma, a capacitação das fontes de que nos fala Chaparro (2007) nada mais é do que o entendimento e o domínio, por parte de agentes sociais não jornalistas, da lógica midiática regulada por valores desta natureza. Vamos a um exemplo: o índio que se ajoelhou à frente do pelotão de choque da PM baiana, por ocasião das comemorações dos 500 anos do “descobrimento” do Brasil, em Cabralia, nada mais fez que utilizar-se desta lógica diante de um batalhão de fotógrafos (ZANOTTI, 2000). E a imagem de forte impacto midiático circulou intensamente, dentro e fora do país, ofuscando todo o esforço do governo FHC em capitalizar os méritos pela festividade. Da mesma maneira, o

ex-sindicalista Vicente Paulo da Silva, o Vincentinho, chamou a imprensa para pronunciar-se a respeito do centenário da morte de Zumbi dos Palmares não sem antes avisar que, em homenagem ao herói, rasparia a cabeça à frente dos cinegrafistas que se dispusessem a registrar o feito. Ganhou, com isso, alguns minutos de mídia espontânea (como dizem os marqueteiros) no cobiçadíssimo Jornal Nacional.

Mas o noticiário não vive apenas do espetáculo visual. O maior volume de coberturas da imprensa escrita, por sinal, é alimentado por discursos decorrentes de fatos ou elaborados por sujeitos aos quais os jornalistas recorrem para buscar testemunhos, detalhes, críticas, versões, razões, desejos, expectativas etc. O resultado da apuração é o **conhecimento circunstanciado de um fato** [2], com maior ou menor poder de se transformar em notícia, de ganhar destaque na edição, ser guindado ou não à primeira página, à página inicial de um portal na web ou à escalada de um rádio ou telejornal. A decisão, como se sabe, não se dá de forma aleatória.

Para sustentar a existência de uma lógica legitimadora para essas e outras decisões no campo do jornalismo, Aguiar recorre às teorias do Jornalismo, realizando um esforço de síntese da obra de Wolf (2003), da qual seleciona elementos que apontam a existência de cinco modalidades de critérios que ajudam a avaliar graus de noticiabilidade. Seriam eles: (1) **os critérios substantivos**, relativos a importância (do fato) e interesse (do leitor); (2) **os critérios relativos ao produto**, que consideram a disponibilidade das fontes, características e atualidade do fato, bem como uma pretendida composição equilibrada (do noticiário geral); (3) **os critérios relativos ao meio**, quando não se descarta o entretenimento enquanto motivador de leitura; (4) **os critérios sujeitos ao público** (ou sua representação para o jornalista); e (5) **os critérios relativos à concorrência** (que antecipam os passos ou levam em consideração as ações do concorrente no mercado editorial).

Aos propósitos deste trabalho, vamos nos deter na “atualidade” como atributo da informação jornalística. Para Warren (1975) e Chaparro (1994), como também para Wolf (2003) e Aguiar (2007), esse atributo define a relevância do fato noticioso, o que leva a uma seguinte lógica: quanto mais atual, tanto mais relevante e, portanto, noticiável. Já para

Groth (BELAU, 1966), um dos pioneiros a buscar uma sistematização de estudos visando a transformação do jornalismo em objeto científico, esse atributo estaria ligado ao próprio conceito de “periodik”, que se soma a outros três atributos também conceituais: periodicidade, universalidade e difusão. Ou seja, se um determinado fato não pertence ao mundo presente dos homens, ele poderia ser objeto de outra área de conhecimento (a História, por exemplo), mas não do periodismo.

A rigor, se a informação não se vincula à atualidade, impossivelmente reuniria condições para despertar a atenção do jornalista, a menos que — através das técnicas de produção e edição consagradas na área e transformadas em contratos de leitura [3] — faça-se sua atualização, expressão que usamos para descrever um dos principais esforços de reportagem. A atualização refere-se, a nosso ver, a uma taxa de novidade que o jornalista julga existir (ou procura apurar) acerca das temáticas que investiga. Parodiando Aguiar (2007, p.22), teríamos que “os jornalistas avaliam se uma informação é novidade para eles próprios e, caso seja, também o será para os leitores”[4].

O termo atualidade aparece também enquanto uma regra organizadora do texto jornalístico segundo propõe Van Dijk (2004) em uma extensa pesquisa que se encerra com um modelo analítico, baseado na cognição, para as estruturas do discurso da imprensa escrita diária. Ao analisar 700 textos relativos a um mesmo fato, recolhidos junto a 250 diferentes jornais de uma centena de países, o autor chega a um padrão de texto a que chamou de organização *global* da notícia (grifo do autor), que responderia ao processo de cognitivo inerente à leitura. No modelo, “os últimos eventos principais são mais importantes” que os precedentes (p.135), o que corresponderia a um princípio de “recência” a partir do qual desencadeiam-se as informações que, em larga medida, se completam a partir de um *modelo de situação* (novo grifo do autor) de memória, de autor e leitor.

O trabalho de Van Dijk é particularmente importante à medida que aponta microfenômenos do texto noticioso que escapam aos macroestudos focados nas relações de poder, ideologia ou condições concretas de produção da notícia. O autor vê um “formato” desse “produto”, do qual dependem os processos de produção relativos à compreensão e memorização cognitiva da notícia (VAN DIJK, 2004, p.125). E aponta:

*Assim, parece plausível que as formas estruturais e os sentidos globais de um texto de notícia não são arbitrários, mas o resultado de hábitos sociais e profissionais de jornalistas em ambientes institucionais, de um lado, e uma condição importante para o processamento cognitivo eficaz de um texto noticioso, tanto por jornalistas como por leitores, de outro (IBIDEM, p.123).*

O caminho que percorremos até aqui aponta, então, ser perfeitamente possível, no modelo de sociedade alicerçada na industrialização e na economia de mercado, e tendo-se em vista critérios de noticiabilidade e o modelo cognitivo apontado por Van Djik (2004), apontar com considerável precisão quais fatos noticiosos, em que grau de importância e com que desenho estrutural ele deverá ser produzido enquanto informação jornalística. Claro que existirão inúmeras variáveis relativas às competências profissionais, que vão do domínio de técnicas de apuração, redação e edição, a aspectos subjetivos, como sensibilidade, criatividade e senso de oportunidade entre outros. Além destes, ainda pesam fatores como condições de produção, propriedade do meio, raio de abrangência, periodicidade e legislação, entre outros. São fatores, contudo, que, embora tenham influência na tomada de decisões, não alteram os valores-notícia nem subvertem a lógica estrutural do texto.

### 3. UM CADERNO DE REPORTAGENS

Foi com base nas considerações anotadas acima que surgiu o projeto editorial do jornal laboratório Saiba+, da Faculdade de Jornalismo da Puc-Campinas, publicação que circula quinzenalmente nos meses letivos, com oito páginas em tamanho Berliini. Partindo do pressuposto de que é impossível — e até indesejável em certa medida — reproduzir, no ambiente acadêmico, as reais condições do mercado editorial, optamos por uma publicação que pudesse ser descrita como um caderno de reportagens, ao qual se acrescentam uma coluna de notas sobre a comunidade primária (o curso), uma crônica e uma carta dirigida ao leitor.

A escolha dos temas que se transformam em reportagens ocorre em reuniões de pautas, que passam por reavaliações semanais, sempre

com o objetivo de vasculhar ocorrências de interesse geral às quais se aplicam métodos de apuração para se chegar a um dado desconhecido, a partir do qual se estrutura o texto. A principal vantagem deste modelo de organização do trabalho é a de que, em não sendo uma publicação efetivamente voltada ao mercado, tende a gozar de um grau de liberdade maior, já que não tem compromissos com anunciantes, autoridades públicas ou partidos políticos, preservando-se a hipótese de que “A principal finalidade do jornalismo é fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres e se autogovernar” (KOVAC e ROSENSTIEL, 2003, p.31).

Uma vez enquadrado enquanto publicação impressa, o jornal procura atender às quatro características que, conforme Groth propunha já na primeira metade do século passado, definem os periódicos. Para a **periodicidade**, estipulamos a circulação quinzenal, o que obriga estratégias editoriais que levam os alunos a observar calendários, prever desenvolvimento de fatos e produzir materiais típicos de gaveta. Em termos de **difusão**, fixamos o território onde circulam os próprios estudantes do Centro de Linguagem e Comunicação, bem como a distribuição gratuita de mil exemplares em bancas de jornais estrategicamente escolhidas no Município de Campinas. Por seu turno, os assuntos tratados precisam atender ao conceito de **atualidade**, o que implica em não rejeitar *a priori* a chamada agenda midiática, aliás um bom exercício para se oferecer uma outra versão, quando existirem ou se impuserem, sobre acontecimentos que tenham se transformado em notícia.

O conceito de **universalidade** adotado para os conteúdos do Saiba+ está ligado ao perfil de leitor imaginado para a publicação, e não necessariamente ao território geográfico onde o jornal circula. O projeto prevê que se procure atingir o leitor habitual de publicações jornalísticas de um município com feições metropolitanas. Não se trata, portanto, de um leitor de determinado bairro, com determinada formação educacional ou inclinação partidária, nem gênero ou faixa etária precisamente definidos. Almeja-se um leitor de caráter universal, cujas preocupações e interesses estejam ligados à vida em uma sociedade industrializada e fortemente impactada pela mídia e pelas questões por ela levantadas; e que estas questões reúnam condições de se transformar em reportagens pelas mãos

e pelo grau de competência do aluno que o curso almeja formar. Na atividade, o estudante desempenha sobretudo o papel de repórter, como o visto em Lage (2001, p. 27-28):

*O repórter é, portanto, mais do que um agente inteligente, tal como o descreve a atual teoria da inteligência artificial. Além de processar dados com autonomia, habilidade e reatividade, modela para si mesmo a realidade, com base no que constrói sua matéria. Pode-se chamar isso de intuição, faro ou percepção. Mas nada tem de mágico ou misterioso: é apenas uma competência humana que, como todas as outras, pode ser aprimorada pela educação e pelo exercício.*

Embora imperfeitos, os jornais-laboratoriais surgiram como espaço acadêmico para o exercício mencionado na obra de Lage, diante da necessidade de somar teoria e prática em um ambiente favorável ao fazer reflexivo. A reportagem, nesse contexto, seria o mecanismo mais apropriado à satisfação dessa necessidade. Por reportagem, entendemos “o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que são percebidas pela instituição jornalística” (MELO, 1984, p. 65), cujas características apontam principalmente para a predominância da forma narrativa, a humanização do relato, o texto de natureza impressionista e a objetividade que impõe excluir uma opinião explícita (SODRÉ e FERRARI, 1986, p.11), apontam que a reportagem “é uma extensão da notícia”. Em seu leque temático de opções de pauta, a publicação tem motivado seus alunos a também pensar o próprio universo midiático (ZANOTTI, 2007).

Cada página da publicação comporta uma única reportagem, com todos os recursos editoriais que forem necessários: títulos, olhos, fotografias, quadros, boxes, mapas, infográficos etc. Além de buscar uma pauta que satisfaça ao projeto editorial, o aluno é orientado no processo de apuração, avaliação dos elementos encontrados, redação, edição e editoração da página por ele produzida. Ao final, é chamado a participar da paginação do conjunto de textos e edição da primeira página. O processo leva o conjunto da sala à escolha da manchete, bem como à sua formulação textual, o que implica em novo exercício de avaliação de conjunto visando o atendimento à linha editorial do periódico.

Além da reportagem, a publicação ainda comporta, em volume bem menor, uma outra categoria de textos prevista no jornalismo informativo — a entrevista, que, como bem propõe Medina (1995, p. 8), “é um meio cujo fim é o inter-relacionamento humano”. No Saiba+, essas produções podem aparecer no formato de texto noticioso ou mesmo ajudando a compor perfis, além da fórmula consagrada no modelo ping-pong. Em todos os casos, a atividade foca a atenção não no acontecimento, mas no ponto de vista singular com que o entrevistado observa uma dada realidade.

Na página 2, a publicação abre espaço para outro gênero jornalístico — o opinativo. Além de notas curtas e uma seção em que são reproduzidas ao menos duas frases de entrevistados em reportagens da edição anterior, os alunos são convidados a escrever uma crônica e uma carta ao leitor. Entendemos crônica como uma “narrativa circunstanciada sobre os fatos observados pelo jornalista num determinado espaço de tempo” (MELO, 1984, p.147), que versa “permanentemente em torno da atualidade, captando com argúcia e sensibilidade o dinamismo da notícia que permeia toda a produção jornalística” (IDEM, p.154). E por carta ao leitor, uma reapresentação contínua dos objetivos e condições de produção do jornal servindo como pano de fundo para uma reflexão sobre jornalismo tendo-se em vista os bastidores vivenciados por autores dos textos ali presentes.

Uma etapa importante da atividade é a necessária avaliação de cada edição concluída, o que se fará após sua circulação. Nesse momento, mobilizam-se acúmulos que vão das leituras acadêmicas às práticas corriqueiras do fazer jornalístico, com enfoque especial às condições de produção vivenciadas. Se esta última atividade não garante grandes saltos de qualidade em relação às edições futuras, ao menos procura tornar evidente a necessidade de uma boa formação superior na área de jornalismo. A nosso ver, no universo de relativizações que assolam o campo da Comunicação, o benefício já fala por si próprio.

## NOTAS

[1] Para o autor, as notícias são “uma construção resultante de um processo de interações pessoais, sociais (sistema social, meio organizacional, gestão organizacional, estrutura

Saiba+: bases conceituais de um jornal-laboratório

de propriedade capitalista dos meios jornalísticos, mercado, etc.), culturais (sistema cultural, cultura profissional transorganizacional e por vezes transnacional, cultura organizacional, etc.), ideológicas e outras” (SOUZA, 2002, p.16). Essa perspectiva não retira, contudo, uma certa autonomia do jornalista nem nega a influência das fontes oficiais na interpretação dos conteúdos noticiosos.

[2] A propósito do tema, sugerimos a leitura da conferência de Eduardo Meditsch, de 1997, disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.html>>. Acesso em: 11 mai. 2008.

[3] A expectativa do leitor — supõe-se, até prova em contrário — é encontrar novidades no jornal, coisas que desconheça, seja no formato informação, seja no campo das análises.

[4] É claro que o esforço pela busca da novidade não se aplica necessariamente a todos os suportes jornalísticos; as revistas semanais de informação, as publicações especializadas e os periódicos institucionais, ligados a empresas, partidos ou movimentos sociais funcionam dentro de uma outra lógica de produção. Dado o maior intervalo de tempo entre uma edição e outra, ficam na contingência de oferecer recortes ou vieses próprios às suas narrativas, nas quais a análise pesa muito mais que a informação. O noticiário via rede de computadores está, seguramente, alterando esta lógica, mas no momento não figura no topo das prioridades que aqui se pretende discutir relativamente à prática laboratorial em jornalismo impresso.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Cláudio W. “O império dos sentidos: Critérios e resultados na Folha de S.Paulo”. In: *Novos Estudos Cebrap*, n. 167, p. 4-67, out. 1991.

AGUIAR, Leonel Azevedo de. “Ensinar as práticas a partir das Teorias do Jornalismo: uma proposta pedagógica”. In: *Rebej – Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo*. Brasília, v.1, n.2, p.3-29, ago./nov. 2007.

BELAU, Angel Faus. *La ciencia periodistica de Otto Groth*. Instituto de Periodismo de La Universidad de Navarra. Barcelona: Arte Grafica, 1966.

CHAPARRO, Manuel Carlos. *Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística*. São Paulo: Summus, 1994.

\_\_\_\_\_. “A revolução das fontes: elas conquistaram o poder de agendar e recheiar as notícias”. Disponível em: <[http://www.blogdoprofessorchapparro.com.br/integra\\_integra.asp?codigo=98](http://www.blogdoprofessorchapparro.com.br/integra_integra.asp?codigo=98)>. Postado em 16 out. 2007 [Acesso em 05 maio 2008].

KOVAC, Bill; ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo*. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta Oficina Editorial, 1991.

LAGE, Nilson. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LOPES, Dirceu Fernandes. *Jornal laboratório: do exercício escolar ao compromisso com o público leitor*. São Paulo: Summus, 1989.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *De los medios a las mediaciones: Comunicación, cultura y hegemonía*. Barcelona: Editorial Gustavo Gilli, 1987.

McCOMBS, Maxwell. "Creating a new news opportunities on the Internet for broader and deeper journalism". Conferência proferida no 5º. *Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*. Universidade Federal de Sergipe, 15 a 17 de nov. 2007.

MEDINA, Cremilda de Araújo. *Entrevista – o diálogo possível*. São Paulo: Ática, 1995.

MEDITISCH, Eduardo. "O jornalismo é uma forma de conhecimento?" Conferência feita nos Cursos da Arrábida – Universidade de Verão. Set. 1997. Disponível em <<http://bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.html>> [Acesso em 05 mar. 2008].

MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1984.

NOVO Manual da Redação. São Paulo: Folha de S.Paulo, 1992.

SEQUEIRA, Cleofe; BICUDO, Francisco. "Jornalismo Comunitário: Conceitos, Importância e Desafios Contemporâneos". In: Intercom – *Revista Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*. XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Santos, 29 ago. a 2 de set. 2007.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. *Técnica de reportagem*. notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo: Summus, 1986.

Saiba+: bases conceituais de um jornal-laboratório

SOUSA, Jorge Pedro. *Teorias da notícia e do jornalismo*. Chapecó: Argos, 2002.

VAN DIJK, Teun Adrianus. “Estruturas da notícia da imprensa”. In: \_\_\_\_\_. *Cognição, discurso e interação*. Trad. Cristina Teixeira Vieira de Melo. São Paulo: Contexto, 2002.

WARREN, Carl N. *Gêneros Periodísticos Informativos*. Barcelona: A.T.E., 1975.

WOLF, Mauro. *Teorias das comunicações de massa*. Trad. Karina Jannini. (Coleção leitura e crítica). São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ZANOTTI, Carlos Alberto. “O índio que leu Enzensberger”. Disponível em <<http://www.observatoriodaimpresa.com.br/aspas/ent20052000a.htm>>. Disponibilizada em 12 mai. 2000> [Acesso em 04 fev. 2008].

\_\_\_\_\_. “Saiba+: reflexões de uma experiência em jornal-laboratório”. Trabalho apresentado no *III Encontro Paulista de Professores de Jornalismo*. Piracicaba, 28 de novembro de 2007. Disponível em <<http://www.fnpj.org.br/soac/ocs/viewabstract.php?id=127&cf=7>> [Acesso em 10 mar. 2008].